

# O protagonismo feminino Quilombola na Amazônia: uma revisão narrativa de literatura

Quilombola female protagonism in the Amazon: a narrative review of literature

Nara Raimunda de Almeida Santos<sup>1</sup>, Luciana Gonçalves de Carvalho<sup>2</sup>

**Como citar esse artigo.** SANTOS, N. R. A. CARVALHO, L. G. O protagonismo feminino Quilombola na Amazônia: uma revisão narrativa de literatura. **Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades**, Vassouras, v. 16, n. 2, p. 166-180, mai./ago. 2025.

## Resumo

Os objetivos do estudo foram identificar pesquisas que tratavam do protagonismo feminino quilombola na região amazônica e pontuar as principais atividades realizadas por essas mulheres em suas comunidades. Foi realizada uma revisão narrativa da literatura, utilizando-se descritores relacionados a mulheres quilombolas, Amazônia, protagonismo feminino, totalizando 10 artigos. As bases eletrônicas pesquisadas foram, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Web Of Science, Google Scholar e Scielo, entre abril de 2023 a setembro de 2024. Os resultados das análises apontam que os estudos oferecem um panorama abrangente das realidades das mulheres quilombolas na Amazônia, fornecendo diferentes estudos e perspectivas para contribuir na formulação de novas pesquisas sobre o tema.

**Palavras-chave:** Protagonismo feminino; Mulheres quilombolas; Amazônia; Revisão Narrativa da literatura.



**Nota da Editora.** Os artigos publicados na Revista Mosaico são de responsabilidade de seus autores. As informações neles contidas, bem como as opiniões emitidas, não representam pontos de vista da Universidade de Vassouras ou de suas Revistas.

## Abstract

The objectives of the study were to identify research that addressed the female quilombola protagonism in the Amazon region and to highlight the main activities carried out by these women in their communities. A narrative review of the literature was carried out, using descriptors related to quilombola women, Amazon, and female protagonism, totaling 10 articles. The electronic databases searched were the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), Web of Science, Google Scholar, and Scielo, between April 2023 and September 2024. The results of the analyses indicate that the studies offer a comprehensive overview of the realities of quilombola women in the Amazon, providing different studies and perspectives to contribute to the formulation of new research on the subject.

**Keywords:** Female protagonism; Quilombola women; Amazon; Literature review.

Afiliação dos autores:

<sup>1</sup>Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Sociedade Natureza e Desenvolvimento-Universidade Federal do Oeste do Pará- UFOPA, Santarém, Pará, Brasil.

<sup>2</sup>Doutora em Ciências Humanas-Antropologia. Professora do Programa de Pós-graduação em Sociedade Natureza e Desenvolvimento da Universidade Federal do Oeste do Pará-UFOPA, Santarém, Pará, Brasil..

E-mail de correspondência: narasantos059@gmail.com

Recebido em:10/12/2024. Aceito em: 27/05/2025.

## Introdução

O protagonismo das mulheres quilombolas na luta por direitos e pela preservação de seus territórios é um tema de interesse no campo das Ciências Sociais e das Humanidades. Essas mulheres, construindo histórias de resistência e resiliência, desempenham um papel central na manutenção das tradições culturais, na gestão dos territórios e na organização política das comunidades quilombolas.

O protagonismo feminino quilombola refere-se à participação comprometida das mulheres negras em seus territórios, onde desempenham papéis sociais e políticos na luta contra as opressões e na elaboração de estratégias coletivas de resistência e sustentabilidade comunitária. Bell Hooks (2019) argumenta que o protagonismo feminino está ligado à capacidade de transformar estruturas de dominação, enquanto Carneiro (2003) destaca que as mulheres negras assumem essa centralidade como parte de um movimento histórico de resistência à invisibilidade imposta pelo racismo e pelo sexismo.

As vivências das mulheres quilombolas no Brasil são marcadas por uma série de lutas e resistências, que evidenciam o protagonismo por elas exercido dentro de suas comunidades. Elas atuam não apenas como cuidadoras e responsáveis pelo sustento das famílias, mas também como lideranças e defensoras de seus territórios. Na produção de alimentos, na transmissão de conhecimentos tradicionais ou na organização de movimentos sociais, as mulheres quilombolas estão sempre presentes, lutando por seu espaço (Arruti, 2006).

A resistência, por sua vez, é compreendida, neste trabalho, como a capacidade de enfrentamento das opressões históricas e contemporâneas por parte das mulheres quilombolas, por meio da preservação de seus saberes, cultura e território. Moura (1993) apresenta os quilombos como expressões máximas dessa resistência, enquanto Gonzalez (1984) reforça que a luta da mulher negra é, ao mesmo tempo, social, cultural e política, pois ela combate simultaneamente o racismo, o sexismo e a exploração de classe.

No entanto, as mulheres quilombolas também enfrentam uma série de desafios e discriminações em sua vida cotidiana. A falta de acesso à Educação de qualidade, à Saúde e a condições dignas de trabalho são apenas alguns dos obstáculos enfrentados por essas mulheres. Além disso, a violência de gênero e o racismo estrutural também se fazem presentes em seu dia a dia, tornando a luta das mulheres quilombolas ainda mais desafiadores (Gomes, 2017).

Sampaio e Pacheco (2015) afirmam que existe uma grande lacuna nos estudos sobre quilombos no Brasil, pois falta uma análise da presença e importância das mulheres na organização social e política dessas comunidades. Estudos apontam que a produção acadêmica, muitas vezes negligencia a dimensão de gênero, como uma categoria essencial para compreender as relações de poder, juntamente com raça, classe, geração e sexualidade. Essa invisibilidade tem contribuído para a negação histórica das mulheres negras, como agentes na formação do Brasil, devido às bases ideológicas do patriarcado, compreendido como um sistema histórico e social de dominação baseado no controle masculino sobre as mulheres e sobre os corpos femininos. Para Saffioti (1987), trata-se de uma estrutura de poder que se articula com o capitalismo e o racismo, sustentando desigualdades nas esferas doméstica, política e econômica.

Silvia Federici (2017) complementa essa visão ao evidenciar que o patriarcado não é apenas uma opressão de gênero, mas um pilar da acumulação capitalista, operando sobretudo por meio da exploração do trabalho reprodutivo e da imposição de papéis de gênero rígidos. Essa estrutura é enfrentada cotidianamente pelas mulheres quilombolas em seus territórios, que resistem por meio de redes de cuidado e solidariedade.

Nessa linha de pensamento, Carneiro (2003, p. 119) destaca que:

É válida a afirmação de que o racismo rebaixa o status dos gêneros. Ao fazê-lo, institui como primeiro degrau de equalização social a igualdade intragênero, tendo como parâmetro os padrões de realização social alcançados pelos gêneros racialmente dominantes. Por isso, para as mulheres negras atingirem os mesmos níveis de desigualdades existentes entre

homens e mulheres brancos significaria experimentar uma extraordinária mobilidade social, uma vez que os homens negros, na maioria dos indicadores sociais, encontram-se abaixo das mulheres brancas.

Nessa perspectiva, o racismo aqui é entendido como uma forma sistemática de desigualdade baseada na ideia de hierarquização racial. Na perspectiva de Silvio Almeida (2018), o racismo estrutural não é apenas um comportamento individual ou um preconceito ocasional, mas um mecanismo que organiza o funcionamento das instituições sociais, econômicas e políticas. Essa estrutura produz efeitos duradouros na vida da população negra, como o acesso desigual à educação, à saúde, ao trabalho e à terra, afetando especialmente as mulheres negras e quilombolas, por meio de múltiplas camadas de opressão. Ele cria uma hierarquia onde as desigualdades de gênero são agravadas pelas desigualdades raciais. Não afeta apenas as pessoas negras como indivíduos, mas também cria uma hierarquia dentro dos próprios gêneros. Homens e mulheres negros são subvalorizados em comparação com seus equivalentes brancos. Quando se fala em igualdade de gênero, o padrão de comparação é sempre o do grupo racial dominante (homens e mulheres brancos). Assim, as mulheres brancas, embora oprimidas pelo sexismo, ainda desfrutam de mais privilégios em comparação com homens e mulheres negros. Essa realidade aponta para a invisibilidade e a negação da participação da mulher negra na história, fundamentada no sistema patriarcal e racista do país (Gonzales, 1984).

O conceito de racismo estrutural, conforme Silvio Almeida (2018), permite entender como as desigualdades vividas pelas mulheres quilombolas não são fruto apenas de discriminações pontuais, mas sim de uma lógica institucionalizada que permeia o funcionamento das políticas públicas, da justiça e das práticas cotidianas da sociedade brasileira. O racismo, assim, se manifesta como um sistema social que estrutura oportunidades desiguais, legitima a exclusão e reforça a subalternização das populações negras, especialmente quando entrelaçado a outras formas de opressão, como o patriarcado e a exploração de classe.

As mulheres quilombolas em seu dia-a-dia vivenciam diversas violências que se interseccionam. A definição de interseccionalidade aponta que essas categorias de opressão, como a raça, classe, gênero, sexualidade, se entrecruzam ou interrelacionam-se. Assim, a interseccionalidade pode ser compreendida como uma forma para analisar a experiências das pessoas que vivem essas categorias de opressão (Collins; Bilge, 2020).

A análise interseccional, conforme desenvolvida por Crenshaw (1989) e aprofundada por Collins e Bilge (2020), permite compreender como as opressões de raça, gênero, classe e território se entrelaçam na experiência das mulheres quilombolas. Essa abordagem é essencial para revelar como o racismo estrutural e o patriarcado afetam a vida dessas mulheres de forma específica, dificultando o acesso a direitos, mas também moldando formas de resistência articuladas.

A violência institucional ocorre nos serviços públicos, pela ação ou omissão dos poderes públicos, inclusive no que se refere aos atendimentos precários de acesso à saúde, educação, saneamento, abusos de poder, à desvalorização dos saberes tradicionais em detrimento do saber científico (Grossi; Oliveira; Oliveira, 2015).

Ao longo da história, as conquistas destinadas às mulheres são somatórias de muitas intervenções, todas relacionadas à luta por ocupar seu espaço e ser reconhecida como sujeito de sua história. Segundo Miranda e Rodrigues (2020, p. 1880-1881):

As mulheres quilombolas resistem e lutam contra o Capital no fazer-se coletivo, na busca pela produção da vida, enquanto valor de uso, posto que suas lutas, embora diferentes das lutas de “outros” coletivos femininos, têm se configurado, a seus modos, como luta anticapitalista, pois defendem no cotidiano de suas comunidades o direito a ter direito, à terra, ao trabalho, educação, saúde; enfim, lutam pelo direito de produzir a vida, pelo que lhes é comum, tendo como base os saberes coletivos dos mutirões [...]

Almeida (2011) destaca que no percurso histórico dessas comunidades, vale ressaltar que suas lutas se iniciam com a retirada violenta de africanos de sua terra natal para escravizados, atenderem a interesses econômicos diversos, em condições desumanas. Desde os primeiros momentos da escravidão a que foram submetidos no Brasil, a resistência foi uma constante. Os africanos escravizados fugiam para as florestas, utilizando seu conhecimento sobre sobrevivência e adaptação em ambientes hostis para criar quilombos, comunidades autônomas formadas, também, em alguns casos, por indígenas e mestiços. Essas comunidades eram construídas em áreas de difícil acesso, como regiões montanhosas, ilhas fluviais e áreas de floresta densa, tornando-as difíceis de localizar e destruir pelos colonizadores.

Vicente Salles (1988), ao analisar a presença negra no Pará, observa que, sob o olhar do colonizador europeu, o trabalho manual era considerado degradante, sendo delegado a sujeitos racializados. Nesse contexto, o negro era associado diretamente à sociedade agrária e à força de trabalho escravizada nas lavouras, enquanto os indígenas, também submetidos à escravidão e à exploração, eram frequentemente mobilizados em atividades extrativistas, dada sua relação ancestral com os rios e as florestas. Ainda que atribuídas funções distintas, ambas as populações negra e indígena foram alvo de dominação colonial, contribuindo de maneira forçada e estratégica para o modelo econômico da região amazônica. A análise de Salles deve, portanto, ser compreendida dentro das contradições do processo colonizador, no qual a hierarquização racial e a apropriação dos saberes dos povos oprimidos se articulavam para sustentar a exploração.

Para este autor, a escravidão de africanos foi uma realidade em todo o Brasil e assumiu características próprias na Amazônia. Nessa região, o fenômeno se intensificou com a criação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão em 1755, durante o período pombalino. Esse evento impulsionou a produção agrícola na região, levando ao tráfico forçado de africanos, que foram retirados de seu continente em investidas violentas e trazidos para a região amazônica (Salles, 2008).

As condições desumanas de vida e trabalho a que eram submetidos causaram uma profunda revolta. Assim, a luta e a resistência contra o sistema escravocrata tornaram-se constantes, levando à busca da liberdade por meio de fugas individuais e coletivas para refúgios longe de seus opressores. Nesses refúgios, foram formados os quilombos, uma das maiores expressões da resistência negra. Salles (1988) apresenta quilombo como “povoado de ex-escravos negros foragidos, coletivo de mocambo, que é a habitação propriamente dita” (Salles, 1988, p. 222).

Na concepção de Almeida (2011), a abordagem antropológica sobre os quilombos enfatiza esses territórios como espaços de resistência, identidades étnicas e reinvenção cultural. Quilombos não são apenas comunidades formadas por africanos fugidos da escravidão, mas espaços de construção de novas identidades, envolvendo também indígenas, mestiços e outros marginalizados. A visão antropológica amplia o entendimento dos quilombos como fenômenos dinâmicos, mais que simples refúgios de escravos fugitivos, e os situa como lugares de criação de novas formas de sociabilidade e cultura.

O autor salienta que os quilombos têm sido vistos como processos de resistência territorial. A ocupação da terra é central para a identidade quilombola, sendo a terra não só um meio de sobrevivência, mas também de construção de autonomia e reprodução cultural. Os territórios quilombolas estão profundamente conectados com o conhecimento ecológico tradicional, em que saberes sobre o meio ambiente, plantas medicinais, caça e manejo sustentável são cruciais para a sobrevivência e independência dessas comunidades.

A realidade dos quilombos na Amazônia é marcada pelo protagonismo feminino das mulheres quilombolas, que desempenham um papel fundamental na preservação da cultura e tradições dessas comunidades. Elas mantêm a presença e a resistência no território, lutando diariamente pela sobrevivência e se organizando para combater as diversas formas de violência que a comunidade enfrenta. São as líderes, garantindo a voz ativa e forte da resistência, “elos relevantes na manutenção das identidades e territorialidades das comunidades” (Silva; Oliveira, 2017, p. 73).

Em meio à luta por terras, direitos e preservação cultural, as mulheres quilombolas têm desempenhado

um papel de destaque, assumindo posições de liderança e protagonismo em suas comunidades. Elas são responsáveis não apenas pela organização social e pela transmissão dos saberes tradicionais, mas também pelo enfrentamento das adversidades que afetam diretamente seus modos de vida, como o desmatamento ilegal, a exploração predatória dos recursos naturais e a precariedade no acesso a serviços públicos essenciais. A preservação cultural, nesse contexto, deve ser entendida como um processo ativo de manutenção, reinvenção e valorização das práticas, conhecimentos, rituais, línguas, cosmologias e formas de organização social que compõem a identidade coletiva quilombola. Segundo autores como Bhabha (1998) e Hall (2003), a cultura não é estática nem homogênea; ela é dinâmica, marcada por disputas, resistências e reconfigurações frente às pressões externas. Assim, as mulheres quilombolas tornam-se verdadeiras guardiãs de seu território e de suas memórias, sendo vozes fundamentais nas reivindicações por justiça social e ambiental, como destaca Arruti (2006).

Carvalho e Castro, (2020), em seu artigo intitulado *“A ‘Mulher de Dois Tempos’ e Representações de Gênero na Comunidade Quilombola do Ariramba”*, explora as representações de gênero na comunidade quilombola de Ariramba, localizada entre Óbidos e Oriximiná, no Pará, a partir da trajetória de vida de Josélia, conhecida localmente como “mulher-homem” e “mulher de dois tempos.” A pesquisa analisa como Josélia desafia normas de gênero, realizando tanto atividades tipicamente femininas, como cuidar da casa e dos filhos, quanto atividades vistas como masculinas, como caça e pesca.

O estudo revela que, apesar das representações convencionais que associam as mulheres a papéis passivos e domésticos, Josélia ocupa um papel ambivalente, transitando entre as esferas femininas e masculinas, o que a torna respeitada e singular dentro da comunidade. Através da história oral, o artigo captura a complexidade de sua identidade e destaca como ela, ao se adaptar a diferentes papéis, contribui para a compreensão das relações de gênero e poder no contexto quilombola.

Dessa forma, fica evidente que historicamente a mulher quilombola desempenha papéis de resistência (Grossi; Oliveira; Oliveira, 2015). Assim, o objetivo do trabalho foi identificar pesquisas que tratam do protagonismo feminino quilombola na região amazônica e pontuar as principais atividades realizadas pelas mulheres abordadas nos referidos estudos em suas comunidades.

## Formação dos quilombos no Brasil

Construído como espaço de liberdade em um sistema opressor, o quilombo é o símbolo central da insubordinação e negação do regime escravista, o lugar em que se organizou uma nova forma de viver não apenas envolvendo africanos escravizados que escaparam da escravidão, mas também por indígenas, mestiços e até mesmo alguns brancos pobres ou marginalizados (Moura, 1993). Em muitos casos, essas comunidades eram multirraciais e multiculturais, refletindo a diversidade da população oprimida no Brasil colonial. O contato entre africanos de diferentes etnias e culturas, somado à interação com populações indígenas, resultou em uma fusão de práticas culturais, linguísticas e religiosas, criando identidades únicas e diversificadas nos inúmeros quilombos formados em todo o Brasil (Moura, 1993).

Como destacado por este autor, a quilombagem foi uma forma radical de resistência ao sistema escravista que interpôs a ele oposição firme e persistente, causando grandes danos e prejuízos à classe dos senhores que dominavam a sociedade da época. Sua expressão mais forte e marcante no território brasileiro foi a República de Palmares, localizado na atual região de Alagoas e Pernambuco, que teve seu auge entre os séculos XVII e XVIII, abrigando milhares de indivíduos. Palmares representou um símbolo de resistência com uma organização social complexa, que incluía uma liderança centralizada, comércio e agricultura próprios. Se tratou, efetivamente, de um fenômeno disseminado, um movimento de resistência empreendido pelos escravizados, de forma autônoma, que antecedeu o movimento liberal abolicionista nos últimos anos do sistema escravista (Moura, 1993).

Ainda de acordo com Moura (1993), a quilombagem não é apenas um fenômeno de fuga e refúgio, mas um ato político e social de resistência ativa contra o sistema escravocrata. A estratégia envolvia a

criação de comunidades autônomas e autossustentáveis, que desafiaram as estruturas coloniais e ofereceram uma alternativa ao sistema opressor, simbolizando a luta pela liberdade e a autodeterminação dos afrodescendentes.

No Brasil, segundo Gomes (2006), os primeiros quilombos começaram a se formar no século XVI, logo após a chegada dos portugueses e o estabelecimento do tráfico de escravos africanos. As fugas eram mais frequentes nas regiões com grandes concentrações de escravizados, como o Nordeste açucareiro.

Ainda segundo este autor, em relação a esses acontecimentos, há registros na Imprensa do Pará que, a partir de meados do século XIX, começou a divulgar as fugas de escravos por meio de anúncios publicados por seus senhores, que os descreviam como “fujões”. Essas fugas eram direcionadas para as florestas, com o objetivo de dificultar o acesso dos capitães do mato que os caçavam como animais (Gomes, 2006).

Sob esse olhar, os quilombos serviam como espaços de liberdade, onde os fugitivos se organizavam politicamente, socialmente e economicamente, criando formas próprias de governança, produção e defesa. A quilombagem também envolvia ataques a fazendas, sabotagem, resgate de pessoas escravizadas e o estabelecimento de redes de apoio e solidariedade (Munanga, 1996).

Munanga (1996, p. 63) apresenta uma definição para quilombo como sendo uma forma de resistência encontrada pelos povos escravizados, para vivenciarem sua liberdade, ao destacar que:

Escravizados, revoltosos, organizaram-se para fugir das senzalas e das plantações e ocuparam partes de territórios brasileiros não povoados, geralmente de acesso difícil. Imitando o modelo africano, eles transformaram esses territórios em espécie de campo de iniciação a resistência, campos esses abertos a todos os oprimidos da sociedade (negros, índios e brancos), prefigurando um modelo de democracia plurirracial que o Brasil ainda está a buscar.

Nesse contexto, os espaços conhecidos como quilombos tornaram-se alternativas para a construção de territórios de liberdade, onde os negros buscavam garantir sua sobrevivência com dignidade e almejavam ser livres, e autônomos, e ter o direito de exercer o domínio e o uso da terra. Além disso, o quilombo representa um espaço de pertencimento e conexão com a terra. Para muitos quilombolas, o território quilombola é inseparável de sua identidade, já que a terra é vista como um legado ancestral que deve ser protegido e transmitido às futuras gerações. Esse vínculo com o território está profundamente ligado às práticas agrícolas, religiosas e sociais que sustentam a comunidade (Leite, 1999).

Segundo Andrade Neto (2015), do ponto de vista jurídico, os quilombos no Brasil são reconhecidos como comunidades formadas por descendentes de africanos escravizados que resistiram à opressão e constituíram territórios próprios. A Constituição Federal de 1988, por meio do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), garante o direito à propriedade definitiva das terras tradicionalmente ocupadas por essas comunidades (Brasil, 1988). Essa definição foi posteriormente consolidada e ampliada por <sup>1</sup>decretos e normativas que regulamentam os critérios de identificação, reconhecimento e titulação dos territórios quilombolas, reafirmando seu papel central na preservação da identidade cultural, social e territorial desses povos.

Para O'Dwyer (2002), na perspectiva antropológica, um quilombo é compreendido não apenas como um espaço físico, mas como um território simbólico de resistência, identidade coletiva e preservação cultural. Essa visão reflete uma mudança significativa na produção historiográfica e antropológica iniciada a partir das últimas décadas do século XX, quando os estudos sobre os quilombos passaram a superar abordagens meramente descritivas ou focadas na fuga do sistema escravista. Em vez disso, passaram a

<sup>1</sup> Exemplos importantes incluem o **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**, que regulamenta o procedimento de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, e a **Instrução Normativa nº 57/2009 do Incra**, que estabelece critérios e procedimentos para a atuação do órgão nesses processos.

ênfatisar os processos socioculturais e políticos que constituem essas comunidades enquanto sujeitos históricos ativos. Nesse sentido, os quilombos são interpretados como formações sociais complexas, construídas por africanos escravizados, indígenas e outros grupos marginalizados que, em contextos de opressão, elaboraram formas autônomas de organização baseadas na solidariedade, na ancestralidade e na preservação de práticas religiosas, econômicas e culturais próprias. Atualmente, o termo “quilombo” designa grupos que, mesmo em contextos urbanos ou rurais diversos, mantêm vínculos identitários com essa ancestralidade africana e reivindicam o direito à terra como dimensão central de sua continuidade histórica e de sua autodeterminação enquanto povo.

Segundo Carvalho e Pompermaier (2022), a definição de território está relacionada ao modo de vida que sustenta o pertencimento à comunidade pautado na alternância de diversas atividades entre as áreas de moradia e as de uso territorial. As áreas de moradia são de domínio familiar, dedicadas a trabalhos domésticos, ao cultivo de plantas em quintais e roças, à produção de farinha e à criação de animais. Em contraste, as áreas de uso são coletivas, voltadas para o extrativismo de produtos florestais, caça e pesca. Para a autora, a falta de cumprimento desses critérios impede a integração na comunidade e gera conflitos em diferentes graus.

Atualmente, conforme os resultados do Censo Demográfico de 2022, a população quilombola no Brasil é de 1.330.186 pessoas, distribuídas pelos estados do Amazonas, Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins (IBGE, 2022).

O mesmo censo aponta que Bahia e Maranhão concentram juntos 50,12% da população quilombola do país. Na Bahia, vivem 397.502 quilombolas, representando 29,88% da população recenseada. No Maranhão, foram contabilizadas 269.168 pessoas, o que corresponde a 20,24% do total. Pará (135.603) e Minas Gerais (135.315) aparecem em terceiro e quarto lugar, somando juntos 20,37% da população quilombola brasileira. Foram identificados 494 Territórios Quilombolas oficialmente delimitados (IBGE, 2022).

## Método

Esta pesquisa foi fundamentada em uma revisão narrativa da literatura, com caráter exploratório, no propósito de descrever e discutir o desenvolvimento ou o “estado da arte” no que se refere à produção científica sobre os papéis desempenhados por mulheres quilombolas na organização sociopolítica de comunidades deste perfil na Amazônia. Ela se baseou na análise da literatura disponível em livros, artigos de revistas, Dissertações e Teses da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

O conteúdo do estudo é constituído pela literatura encontrada em quatro bases de dados eletrônicas: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *Google Scholar*, *Web of Science* e Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Os descritores utilizados foram “Protagonismo feminino”; “Amazônia”; “mulher quilombola”, em português que abordavam a temática. A busca ocorreu entre abril de 2023 e setembro de 2024.

Os artigos, dissertações e teses considerados elegíveis atenderam aos seguintes critérios de inclusão: tratar-se de dissertação, tese ou artigo original; ter resumo completo na base de dados; estar disponível gratuitamente, em língua portuguesa; abordar experiências de mulheres em comunidades quilombolas da região amazônica.

No total, a busca permitiu encontrar 85 resultados. Foram encontrados na plataforma Google Acadêmico 60 resultados; após filtragem inicial, restaram dois artigos elegíveis. Na plataforma SciELO, foram localizados sete artigos, dentre os quais apenas dois foram extraídos para o estudo. Na *Web of Science*, foi identificado um artigo pertinente. Na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Portal de Periódicos da Capes, foram encontrados 17 resultados, e, após filtragem, foram elegíveis quatro

dissertações e uma tese. O quadro 1 apresenta os 10 trabalhos que foram analisados nesta revisão.

**Quadro 1.** Trabalhos analisados .

NNº	Autor/Autora	Título	Tipologia	Plataforma
001	AMARAL, Waldiléia Rendeiro da Silva	Do jirau ao geral: mulheres nos sindicatos de trabalhadores rurais no Estado do Pará, Brasil.	Dissertação	BDBTD Capes
002	ARAÚJO, Juliana Pereira de	A floresta como cura: mulheres, conhecimentos tradicionais e a promoção da saúde em comunidades da floresta nacional de Tefé.	Dissertação	BDBTD Capes
003	FROTA, Karla Patrícia Palmeira	Nas pegadas de um santo negro: a expressão feminina nos festejos de São Benedito na Praça Quatorze de Janeiro em Manaus, Amazonas.	Tese	BDBTD Capes
004	GUEDES, Ana Célia Barbosa; Salgado, Mayany Sores.	Mulheres quilombolas: protagonismo, identidade, território e territorialidade das mulheres negras em São Miguel do Guamá/Pará.	Artigo	Google acadêmico
005	LUZ, Agatha Letícia Eugênio da; Corrêa, Sérgio Roberto Moraes; Castro, Waldirene dos Santos.	Saberes e processos educativos emergentes da luta de mulheres negras quilombolas da Amazônia: uma análise do movimento das tucandeiras de Jambuaçu - Moju/PA.	Artigo	Google acadêmico
006	MIRANDA, Cynthia Mara; Barroso, Milena Fernandes	Mulheres na Amazônia: lutas em defesa de seus corpos rpos-territórios.	Artigo	Scielo
007	MIRANDA, Ellen Rodrigues da Silva; Rodrigues, Doriedson do Socorro.	“Outros” coletivos femininos: Lutas e Resistências que formam mulheres quilombolas na Amazônia.	Artigo	Scielo
008	NASCIMENTO, Marina Marçal do	Mulheres em movimento: atuação da Associação de Mulheres Trabalhadoras do Município de Oriximiná (PA).	Dissertação	BDBTD Capes
009	SILVA, Cristiane Dias Da; Aguiar, Vinicius Gomes de.	Protagonismo feminino na busca por políticas públicas no quilombo Cocalinho, em Santa Fé do Araguaia (TO)	Artigo	Web of Science
110	SOUSA, Elaine da Silva	Protagonistas de sua história: territorialidades femininas da comunidade quilombola Dona Juscelina em Muricilândia-To.	Dissertação	BDBTD Capes

A busca permitiu encontrar 85 resultados, mas para alcançar o objetivo da pesquisa, após uma leitura técnica, que consistiu em identificar palavras-chave, resumo, objetivos, metodologia e resultados dos estudos encontrados, foram selecionados dez (10) trabalhos para serem analisados. Após a seleção, os textos foram analisados qualitativamente, identificando-se temas recorrentes e lacunas nas pesquisas, permitindo a construção de uma discussão crítica e interpretativa dos principais achados. Essa abordagem foi escolhida por sua flexibilidade em lidar com questões complexas e multifacetadas, proporcionando uma compreensão ampla do fenômeno estudado.

A análise dos dados foi orientada por uma abordagem qualitativa de caráter interpretativo, conforme proposta por Minayo (2008), que valoriza a compreensão do significado das ações sociais no contexto em que ocorrem. Além disso, a escolha pela revisão narrativa e pela análise temática foi inspirada em Bardin (2011), permitindo identificar e discutir os principais sentidos atribuídos ao protagonismo feminino nas comunidades quilombolas. Esta abordagem buscou captar os discursos, práticas e saberes das mulheres quilombolas a partir da leitura crítica das fontes.

## Resultados e discussões

A revisão narrativa de literatura realizada abrangeu estudos sobre as comunidades quilombolas no estado do Pará: Santa Rita de Barreira, município de São Miguel do Guamá; Tambaí-Açu, município de Mocajuba; Jambuaçu, município de Moju; Sindicato dos Trabalhadores Rurais do estado do Pará; Associação de Mulheres Trabalhadoras do município de Oriximiná. Comunidades quilombolas no estado do Amazonas: Quilombo do Barranco de São Benedito, município de Manaus; Floresta Nacional de Tefé, município de Tefé. Comunidades quilombolas no estado do Tocantins: Comunidade Quilombola Cocalinho, município de Santa Fé do Araguaia; Comunidade Quilombola Dona Juscelina, município de Muricilândia. As principais temáticas abordadas incluem a defesa dos territórios, o empoderamento feminino e as práticas de resistência das mulheres quilombolas frente à exploração de seus territórios. A opção por tratar dessas questões aponta para um compromisso analítico e político com a visibilização das lutas de grupos historicamente marginalizados, especialmente das mulheres negras e quilombolas, que articulam sua existência à preservação de seus modos de vida e de seus territórios ancestrais. Essas temáticas revelam uma abordagem interseccional, que reconhece as relações entre gênero, raça e território como dimensões indissociáveis na análise das desigualdades e na valorização das formas de resistência, protagonizadas por essas mulheres em contextos de conflitos e colonialidade persistente.

O estudo analisou publicações de 2007 a 2023 nas áreas das Ciências Sociais, História, Educação e Antropologia, com uma abordagem qualitativa e interdisciplinar fundamentada em referenciais críticos, como os estudos decoloniais e os feminismos negros. A metodologia incluiu análise bibliográfica, história oral, etnografia, entrevistas, registros fotográficos e consulta a normativas legais, permitindo compreender as experiências e formas de resistência das mulheres quilombolas a partir de suas próprias perspectivas. Essa combinação metodológica permitiu compreender as experiências e formas de resistência das mulheres quilombolas a partir de suas próprias narrativas, práticas e territorialidades.

Amaral (2007), em estudo de caráter exploratório, analisou a participação das mulheres quilombolas no Sindicato de Trabalhadores Rurais do estado do Pará. A autora observou que as mulheres têm papel ativo, participando de associações, encontros estaduais e também estão presentes nos espaços de decisão do movimento quilombola. Os resultados da pesquisa apontam que os diferentes debates sobre a participação da mulher nesses espaços vêm contribuindo para seu reconhecimento como agente política, capaz de contribuir para os avanços da sua comunidade. Apesar disso, o estudo também destaca dificuldades que merecem atenção, derivadas de antigas práticas discriminatórias em relação à atuação das mulheres nesses espaços.

Outro estudo envolvendo uma comunidade quilombola paraense, intitulado “Mulheres quilombolas:

protagonismo, identidade, território e territorialidade das mulheres negras em São Miguel do Guamá/Pará” (Guedes; Salgado, 2020), foi desenvolvido na comunidade quilombola Santa Rita de Barreira com base em registros de história oral. Por meio de entrevistas com algumas mulheres da comunidade, os autores analisaram como se expressam seu protagonismo e sua identidade no território. A adoção da metodologia da história oral revela-se especialmente significativa nesse contexto, pois permite valorizar as memórias, narrativas e saberes locais que, muitas vezes, foram silenciados ou invisibilizados pelas fontes oficiais e pela historiografia tradicional. Além disso, essa metodologia possibilita que as próprias mulheres quilombolas sejam reconhecidas como sujeitos da história, narrando suas trajetórias de vida, resistências cotidianas e vínculos com o território a partir de suas próprias vozes e experiências. Trata-se, portanto, de uma escolha ética e epistemológica que rompe com perspectivas coloniais de produção do conhecimento.

Guedes e Salgado (2020) apontam que, historicamente, as mulheres quilombolas da Amazônia interpõem resistência a diversas formas de opressão e, principalmente, que elas lutam em defesa dos seus territórios. As entrevistas realizadas na comunidade de Santa Rita de Barreira demonstram as várias atividades desempenhadas por essas mulheres, cujos saberes são repassados por gerações.

Por sua vez, Araújo (2022) focaliza o trabalho coletivo das mulheres quilombolas direcionado aos conhecimentos tradicionais na promoção da saúde em comunidades da Floresta Nacional de Tefé, no município de Tefé, no estado do Amazonas. A metodologia usada foi o estudo de caso, definida por Yin (2015) como aquela que busca conhecer fenômenos individuais, de grupo, organizacionais, sociais, políticos e outros. O discurso das mulheres entrevistadas demonstra, que o conhecimento tradicional é aquele produzido informalmente e transmitido de forma oral e aliado aos conceitos de preservação do meio ambiente. As mulheres são as guardiãs desse conhecimento recebido dos antepassados e, no dia a dia, o transmitem para benefício da comunidade.

Miranda e Rodrigues (2020) com base no método materialista histórico-dialético, através de entrevistas na comunidade quilombola Tambai-Açu (Mocajuba/PA) evidenciaram o protagonismo político das mulheres, que articulam raça, classe e gênero em ações coletivas. Elas rejeitam o trabalho assalariado, em favor de práticas colaborativas, como mutirões, e fortalecem suas lutas por meio de associações femininas, comunidades de base cristã e organizações rurais, como as Filhas da Resistência.

Miranda e Barroso (2023), ao analisarem narrativas e bibliografia sobre o conceito de corpo-território, destacam a mobilização de mulheres indígenas e quilombolas durante a COP 27 como forma de resistência e afirmação política. A pesquisa evidencia que a perspectiva feminista, ao reconhecer o protagonismo dessas lideranças, amplia a compreensão das questões ambientais. As autoras também apontam que, <sup>2</sup>durante o governo Bolsonaro, houve negação dos direitos fundamentais desses grupos, reforçando a importância de sua atuação em espaços internacionais.

Corroborando com este protagonismo feminino, a pesquisa de Nascimento (2019) que analisou a atuação feminina na Associação de Mulheres Trabalhadoras do Município de Oriximiná (AMTMO), ao gerar nessa organização, mudanças positivas para as comunidades, diante da realidade contraditória e desigual do município. Segundo esta autora, durante a pesquisa de campo, na aplicação das entrevistas, foi possível constatar “a figura da mulher quilombola como sujeito atuante e de enfrentamento nas lutas pelos direitos quilombolas” (Nascimento, 2019, p. 56). Para a autora, discorrer sobre o protagonismo feminino em comunidades quilombolas requer mergulhar na história dessas mulheres que, ao longo do tempo, vem lutando e contribuindo para que suas comunidades possam acessar direitos fundamentais. Elas são precursoras nas lutas em prol da vida e liberdade.

Do mesmo modo, o artigo de Silva e Aguiar (2022), intitulado “Protagonismo feminino na busca por políticas públicas no quilombo Cocalinho, em Santa Fé do Araguaia (TO)”, apresenta ações protagonizadas pelas mulheres dessa comunidade nos últimos 20 anos. O objetivo do artigo é auxiliar na compreensão de como ocorre o protagonismo feminino na comunidade Cocalinho, especialmente na Associação

<sup>2</sup> O governo de Jair Bolsonaro, que se estendeu de 2019 a 2022, foi marcado por retrocessos significativos na garantia de direitos fundamentais, como o acesso à educação, à saúde, à liberdade e à igualdade. A negação sistemática desses direitos se expressou por meio de discursos oficiais de teor discriminatório, do desmonte de políticas públicas voltadas para populações vulnerabilizadas, do enfraquecimento deliberado de órgãos de proteção socioambiental e da restrição à participação social nos espaços institucionais de decisão (Santos, 2020).

da Comunidade Quilombola de Cocalinho (ACQC). Nesse sentido, o estudo apontou três momentos importantes: o primeiro, relacionado à autoafirmação da comunidade como quilombola e à criação da associação; o segundo, relativo à busca pelo acesso a uma política pública habitacional para a comunidade; e o terceiro, correspondente à entrada de quilombolas como estudantes em universidades públicas por meio da política de cotas.

Sousa (2021), em um estudo que tem como título “Protagonistas de sua história: territorialidades femininas da comunidade quilombola Dona Juscelina em Muricilândia- TO”, compreendeu o processo de construção identitária e as territorialidades das mulheres na referida comunidade quilombola. Os resultados da pesquisa demonstram que as identidades das protagonistas do Quilombo Dona Juscelina estão em constante construção e reconstrução, e que suas territorialidades orientam cada ação desempenhada dentro e fora da comunidade. Essas mulheres lutam diariamente, pelo seu território ancestral e contra as barreiras invisíveis do patriarcado.

Segundo esta mesma autora, o reconhecimento identitário da comunidade quilombola Dona Juscelina envolveu o resgate da memória ancestral, conduzido por anciãos e comunidades vizinhas, fortalecendo a autoidentificação e o empoderamento coletivo das mulheres na luta por território e identidade. Essa prática conecta-se a concepções de identidade e memória como construções históricas e sociais, conforme destacam autores como Sueli Carneiro (2003), Stuart Hall (2006), Maurice Halbwachs (2006) e Bell Hooks (2019). Ao valorizarem suas histórias e saberes, essas mulheres transformam a memória em instrumento de resistência e afirmação política frente às desigualdades (Sousa, 2021).

O artigo de Luz, Correa e Castro (2023) analisou, a partir de uma pesquisa de mestrado em Educação, a luta das mulheres quilombolas do movimento Tucandeiras de Jambuaçu (Moju/PA) pelo reconhecimento territorial, destacando os saberes e práticas educativas que emergem dessa experiência. Com base nas narrativas de três lideranças femininas, o estudo adota a perspectiva da Pedagogia Decolonial, compreendida como uma prática crítica e transformadora, enraizada nas histórias e epistemologias dos povos marginalizados. A pesquisa valoriza os saberes dessas mulheres como formas de Educação insurgente e contra-hegemônica.

Na tese de doutorado de Frota (2018), intitulada “Nas pegadas de um santo negro: a expressão feminina nos festejos de São Benedito na Praça Quatorze de Janeiro em Manaus, Amazonas”, a presença e o papel das mulheres na organização dos festejos de São Benedito revelam uma tradição secular na comunidade quilombola urbana de Manaus. Adotando uma abordagem interdisciplinar que envolve Antropologia, Sociologia e História, para focalizar as relações de gênero no contexto da comunidade, a pesquisa identifica uma estrutura matriarcal nas famílias quilombolas organizadoras dos festejos de São Benedito na Praça Quatorze de Janeiro.

No estudo de Frota (2018), o matriarcado é explorado como um “fragmento conceptual” baseado nas práticas sociais de liderança exercidas pelas mulheres na organização dos festejos de São Benedito. A análise considera essas práticas como evidências de um matriarcado, mesmo que não sejam parte de um sistema matriarcal formal. A pesquisa adota uma metodologia etnográfica, combinando abordagens qualitativas e quantitativas. Foram realizadas entrevistas com membros da comunidade, além de observação participante durante os festejos.

Os resultados e conclusões apresentam o protagonismo feminino como o fio condutor da vida social no Quilombo do Barranco, com as mulheres sendo responsáveis pela manutenção cultural e pela continuidade dos festejos de São Benedito por mais de um século. As mulheres são vistas como guardiãs da cultura afrodescendente de resistência no único quilombo urbano de Manaus. Elas desempenham um papel central na organização dos festejos, baseando-se em uma liderança de cunho matriarcal.

## Considerações finais

Os trabalhos reunidos nesta revisão ressaltam o protagonismo político das mulheres nas lutas pela preservação dos modos de vida em comunidades quilombolas na Amazônia. As lutas das mulheres quilombolas estão pautadas principalmente no direito à sobrevivência e à garantia de territórios tradicionalmente ocupados, os quais estão intrinsecamente ligados às suas ancestralidades. Entendida como a conexão viva com os saberes, valores, práticas e memórias herdadas de seus antepassados africanos e afro-brasileiros, a ancestralidade constitui uma fonte de força identitária, espiritual e política que orienta suas ações coletivas. Nesses espaços, as mulheres protagonizam suas histórias e vivências e, por meio da produção de cultura e saberes, resistem e persistem na preservação de suas comunidades, reafirmando os vínculos entre território, memória e continuidade histórica.

As pesquisas mostram que as mulheres quilombolas desempenham múltiplos papéis, com destaque para a preservação da memória coletiva por meio de práticas culturais cotidianas. A maioria dos estudos concentra-se nos estados do Pará, Amazonas e Tocantins, evidenciando uma forte organização política nesses locais. No entanto, há uma lacuna de pesquisas sobre o protagonismo dessas mulheres nos estados de Rondônia, Acre, Amapá e Roraima.

Segundo os resultados obtidos com essa pesquisa, foi possível constatar que o protagonismo feminino quilombola na Amazônia revela-se como uma força transformadora e necessária para a sustentabilidade das comunidades e para a resistência frente às adversidades históricas e contemporâneas. As mulheres quilombolas, com sua sabedoria ancestral, desempenham papéis centrais na defesa dos territórios e na manutenção das práticas culturais que conectam o presente a um passado de lutas por liberdade e dignidade. Por meio de suas ações cotidianas, essas mulheres reafirmam sua identidade coletiva e sua capacidade de liderança, enfrentando o racismo, o patriarcado e a exploração econômica que ameaçam suas terras e modos de vida. Ao recuperar e valorizar a memória de seus antepassados, as mulheres quilombolas da Amazônia constroem estratégias de empoderamento, que desafiam as narrativas hegemônicas e reivindicam direitos à terra, à cultura e à autodeterminação. Seu protagonismo é, portanto, uma manifestação de resistência que não apenas preserva a herança cultural de suas comunidades, mas também fortalece a luta por justiça social e ambiental em uma região marcada por conflitos fundiários e desigualdades profundas.

## Conflito de interesse

Os autores declaram não haver conflitos de interesse de nenhuma natureza.

## Referências

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os Quilombos e as Novas Etnias**. Manaus: UEA, Edições, 2011.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2018.
- AMARAL, Waldiléia Rendeiro da Silva. **Do jirau ao geral: mulheres nos sindicatos de trabalhadores rurais no Estado do Pará, Brasil, 2007**. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Agriculturas familiares e desenvolvimento sustentável, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Pará, Belém. 2007.
- ANDRADE NETO, João Augusto de. Comunidades quilombolas: luta pela terra, luta jurídica e luta simbólica. In: SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **Direitos Territoriais de Povos e Comunidades Tradicionais em Situação de Conflitos Socioambientais**. Brasília: IPDMS, 2015.
- ARAÚJO, Juliana Pereira de. **A floresta como cura: mulheres, conhecimentos tradicionais e a promoção da saúde em comunidades da floresta nacional de Tefé, 2022**. Dissertação (Mestrado) – Curso de Saúde Pública, Universidade do Estado do Amazonas, Manaus. 2022. Disponível em: <http://repositorioinstitucional.uea.edu.br/handle/riuea/4612>. Acesso em: 15 jun. 2023.

ARRUTI, J. M. *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. São Paulo: FAPESP, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições, 2011.

BHABHA, Homi K. O compromisso com a teoria. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 241-263.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 12 maio. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 nov. 2003. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm). Acesso em: 25 jun. 2024.

CARNEIRO, Suely. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**, n.17. v. 49, 2003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142003000300008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142003000300008&script=sci_arttext). Acesso em: 25 maio 2023.

CARVALHO, Luciana Gonçalves de, POMPERMAIER, Valentina Calado. Disputas territoriais e conflitos ambientais nas fronteiras do Ariramba. **Revista Antropolítica**, v. 54, n. 3, Niterói, p. 438-463, 3. quadri., set./dez., 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/50303>. Acesso em: 08 out. 2024.

CARVALHO, Luciana Gonçalves de, CASTRO, Laiane Katrine. A “mulher de dois tempos” e representações de gênero na comunidade quilombola do Ariramba. *Revista Ártemis*, v. XXX n. 1; jul-dez, 2020. pp. 73-96. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/354185731\\_A\\_Mulher\\_de\\_dois\\_tempos\\_e\\_representacoes\\_de\\_genero\\_na\\_comunidade\\_quilombola\\_do\\_Ariramba](https://www.researchgate.net/publication/354185731_A_Mulher_de_dois_tempos_e_representacoes_de_genero_na_comunidade_quilombola_do_Ariramba). Acesso em 09 out. 2024.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics**. University of Chicago Legal Forum, v. 1989, n. 1, p. 139–167, 1989.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e lutas feministas**. São Paulo: Elefante, 2017.

FROTA, Karla Patrícia Palmeira. **Nas pegadas de um santo negro: a expressão feminina nos festejos de São Benedito na Praça Quatorze de Janeiro em Manaus, Amazonas, 2018**. 335f. Tese (Doutorado) – Curso Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6590>. Acesso em: 10 jun.2024.

GOMES, F. dos S. Sonhando com a terra, construindo a cidadania. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (Orgs.). **História da Cidadania**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

GOMES, N. L. **Mulheres negras e educação: um movimento pela afirmação do pertencimento e do lugar de fala**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje – Anuário de Antropologia, Política e Sociologia**. São Paulo: Anpocs, 1984. p. 223-244

GROSSI, Patricia K; OLIVEIRA, Simone B; OLIVEIRA, Jairo L. Comunidades Quilombolas, O acesso às políticas públicas e a dimensão de gênero. **Anais do II SIPINF**, Porto Alegre: EDIPUCRS. PUCRS, 22 e 23 de outubro de 2015. Disponível em:

[http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/9462/2/Comunidades\\_Quilo](http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/9462/2/Comunidades_Quilo). Acesso em: 28 abr. 2023.

GUEDES, A. C. B., Salgado, M. S. Mulheres quilombolas: protagonismo, identidade, território e territorialidade das mulheres negras em São Miguel do Guamá/Pará. **Revista Eletrônica História Em Reflexão**, n. 14., v. 28, 328–354. Disponível em: <https://doi.org/10.30612/rehr.v14i28.12239>. Acesso em: 12 abr. 2024.

- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Centauro, 2006.
- HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. São Paulo: Rosa dos Tempos, 2019.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2022: características gerais da população**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 30 out.2024.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Instrução Normativa nº 57, de 20 de outubro de 2009**. Estabelece os procedimentos administrativos para regularização fundiária das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 out. 2009. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=78048>. Acesso em: 25 jun. 2024.
- LEITE, I. B. Quilombos e Quilombolas: Cidadania ou Folclorização?. **Horizontes Antropológicos**, v. 10, p. 123-150, Porto Alegre, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ha/v5n10/0104-7183-ha-5-10-0123.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2021.
- LUZ, A. L. E. da; Corrêa, S. R. M.; Castro, W. dos S. Saberes e processos educativos emergentes da luta de mulheres negras quilombolas da Amazônia: uma análise do movimento das tucandeiras de Jambuaçu - Moju/PA. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 47, n. 3, p. 1082–1100, 2023. DOI: 10.5216/ia.v47i3.72096. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/72096>. Acesso em: 8 nov. 2023.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.
- MIRANDA, Cynthia Mara; BARROSO, Milena Fernandes. “Mulheres na Amazônia: lutas em defesa de seus corpos-territórios”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.31, n. 2, e92873, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/HyDJ7vbmzdZHqLqXXx3NfP/>. Acesso em: 12 fev.2024.
- MIRANDA, Ellen Rodrigues da Silva; Rodrigues, Doriedson do Socorro. “Outros” coletivos femininos: Lutas e Resistências que formam mulheres quilombolas na Amazônia. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 20, n. 67, p. 1862-1886, out./dez. 2020. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1981-416x2020000401862&script=sci\\_arttext](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1981-416x2020000401862&script=sci_arttext). Acesso em: 25 abr.2024.
- MOURA, Clóvis. **Quilombos: resistência ao escravismo**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1993. 96 p.
- MUNANGA, Kabengele. **Origem e histórico do quilombo na África**. *Revistas*, n 28:56-63, São Paulo, dez/fev.de 1995/1996.
- NASCIMENTO, Marina Marçal do. **Mulheres em movimento: atuação da associação de mulheres trabalhadoras do município de Oriximiná (PA)**, 2019. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói.2019.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002. 268p.
- SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.
- SALLES, Vicente. **O negro no Pará: sob o regime da escravidão**. Belém: UFPA, 1988.
- SAMPAIO, Adriana Cardoso; PACHECO, Ana Cláudia Lemos. Mulheres Griôs quilombolas: um estudo inicial sobre identidade de gênero e identidade étnica. **Pontos de Interrogação: Revista de Crítica Cultural**, v. 5, n. 2, p. 55-70, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/pontosdeint/article/view/2165>. Acesso em: 20 abr. 2024.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; JESUS, Daniela M. C. de (orgs.). **O futuro começa agora: da pandemia à utopia**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- SILVA, Cristiane Das da; Aguiar, Vinícius Gomes de. Protagonismo feminino na busca por políticas públicas no quilombo Cocalinho, em Santa Fé do Araguaia (TO). **Revista Humanidades e Inovação**, v.9, n.10. 2022. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/7310>. Acesso em: 16 mar. 2023.

SILVA, C. H. da; OLIVEIRA, A. R. S. de. A atuação das Mulheres Quilombolas na manutenção da identidade territorial: um olhar a partir das comunidades de Água morna e Guajuvira em Curitiba-PR. *In*: FIABANI, A.; GOMES, A. B. S.; MIRANDA, C. A. S. (org.). **Do Quilombo ao Baton**: histórias de mulheres quilombolas. Curitiba: CRV, 2017. p. 73-88.

SOUSA, Elaine da Silva. **Protagonistas de sua história**: territorialidades femininas da comunidade quilombola dona Juscelina em Muricilândia- TO, 2021. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal do Tocantins, Porto. 2021.

YIN, R. K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. Trad. Cristian Mateus Herrera. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.